

## Índios Assurini incendiam ponte de 60 metros na Transcametá

*A atitude foi em represália contra o não pagamento de uma indenização devida pelo Governo do Pará desde 1976, quando a rodovia foi construída*

Os índios Assurini, da reserva indígena Trocará, incendiaram no último sábado a ponte sobre o rio do mesmo nome, localizada entre os quilômetros 18 e 28 da rodovia PA-156, a Transcametá, que liga os municípios de Tucuruí e Cametá. A ponte tem 60 metros de extensão. Segundo Dinarte Nobre de Madeiro, superintendente regional da Funai, o fogo não destruiu toda a ponte. Ele informou que os Assurini permaneceram no local até ontem, quando os funcionários da Funai de Marabá foram conversar com eles e pediram para que voltassem à reserva indígena.

Dinarte explicou que os Assurini incendiaram a ponte porque o Governo do Estado ainda não pagou uma indenização devida, já que nove quilômetros da rodovia Transcametá, aberta em 1976, passam pela reserva Trocará, que possui 21.723 hectares. "Eles querem ser indenizados pelos danos causados na mata com a abertura da estrada. Essa indenização não está relacionada à questão da terra", assegurou Dinarte. Ele acrescentou que, quando foi construída a rodovia, o governo à época não pediu autorização dos Assurini nem da própria Funai: "Por esse motivo, desde 1976 os Assurini estão pedindo a indenização. Nós e eles já ficamos até descrentes quanto

a esse pagamento".

Há 90 dias, quando a Secretaria de Estado de Transportes estava recuperando a Transcametá, os Assurini paralisaram as obras. Após esse episódio, Dinarte se reuniu com um dos diretores da Setran, João Rui Castelo Branco, e um advogado da Funai. Na ocasião, foi elaborada uma minuta do possível acordo entre os índios, a Funai e a Setran, representando o Governo do Estado, na qual foi fixada uma indenização de Cr\$ 23 milhões, a ser paga dentro de 60 dias. O dinheiro seria colocado numa caderneta de poupança em nome dos índios Assurini. "Porém, passaram-se os 60 dias e nada foi pago. Depois, pediram mais um prazo de dez dias e não pagaram. Por fim, pediram mais outro prazo, agora de 15 dias, e também não pagaram. E por isso que a gente já está desacreditando", afirmou ele.

Dinarte disse ainda que conversou com o titular da Setran, Luís Otávio Campos, o qual teria assegurado que a indenização será paga porque o governador Hé-

lio Gueiros está querendo resolver o problema. Ele informou que o Governo do Estado pretende instalar o 'linhão' de Tucuruí a Cametá, passando pela reserva dos Assurini, e acredita que se o problema da indenização já estivesse resolvido, os índios aceitariam sem problemas a instalação do linhão.

Ramal e energia elétrica  
Em telefonema a O LIBERAL ontem à tarde, Josué Monteiro, morador de Tucuruí, disse que os Assurini, além da indenização, querem a abertura de um ramal, de 7 quilômetros, até a comunidade central, para que possam escoar a farinha, o cacau e a pimenta-do-reino que produzem, e a extensão da rede de energia elétrica.

Josué informou que, com a interrupção do tráfego naquele trecho da Transcametá, cerca de 5 mil famílias ficaram isoladas e os fazendeiros da região estão sendo obrigados a jogar fora 4 mil litros de leite diariamente, porque não têm como levar o produto aos centros consumidores.

### Documento está no Iterpa

O secretário de Estado de Transportes, Luís Otávio Campos, disse ontem que o problema ocorrido na ponte existente na rodovia Transcametá já foi parcialmente resolvido. Mas como a ponte ficou bastante avariada, a Setran terá de construir outra. Ele disse que, após o incêndio, não foi possível sair dos municípios de Cametá e Tucuruí. Segundo o secretário, o prejuízo foi grande, pois na rodovia o tráfego é intenso. A Setran já está providenciando a construção de um desvio e acionou a Secretaria de Estado de Segurança Pública para isolar a área. Toda a extensão da rodovia Transcametá foi recuperada pela Setran há pouco tempo, através das empresas Camargo Corrêa e Estacon.

Sobre a indenização reivindicada pelos índios Assurini, Luís Otávio Campos disse que o documento está no Instituto de Terras do Pará (Iterpa), que avaliará se a quantia de Cr\$ 23 milhões está adequada. Após essa avaliação, o documento será enviado ao Palácio Lauro Sodré, para análise do governador Hélio Gueiros. Ele explicou que o documento passará por todo o processo burocrático e só depois será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.